

O novo mundo novo

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista



Os teóricos do Partido dos Trabalhadores têm dificuldades em enxergar as causas de o presidente Lula enfrentar alto nível de rejeição no eleitorado brasileiro. É o que indicam pesquisas de opinião que bombardeiam o eleitor a cada semana. Elas demonstram que o candidato do PT, veterano de sete eleições (venceu três e numa delas emplacou o poste chamado Dilma Rousseff), tem sofrido o natural desgaste dos materiais. O discurso é o mesmo, o populismo radical não se renova, nem percebe a velocidade de mudança para o mundo cibernético e informatizado. Importante alerta veio da derrota no Senado na histórica rejeição de Jorge Messias para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF).

O mundo das antigas alianças e certezas estratégicas naufragou dentro e fora do país. O desenrolar da guerra na Ucrânia é relevante. O colosso russo invadiu a pequena Ucrânia. Era conflito para ser resolvido em duas ou três semanas, no estilo da antiga União Soviética. Mas já se passaram quatro anos, e a guerra não sai do lugar. Putin cometeu erro de avaliação e paga caro pelo equívoco. Nas últimas semanas, as forças ucranianas atacaram com êxito bases militares nos Montes Urais, distantes da frente de batalha. O Kremlin está vivendo um pesadelo como consequência da desconhecida capacidade da Ucrânia de resistir e atacar.

A diplomacia brasileira colocou-se ao lado de Moscou, porque o país precisa do petróleo russo, vendido abaixo do preço internacional, e dos fertilizantes, ingredientes básicos para o agronegócio. Mas o governo brasileiro corre o risco de ficar na posição errada da história. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Itamaraty costuma acertar o lado vencedor dos conflitos mundiais. Mas, desta vez, pode ter cometido erro grave por ter ficado contra a Ucrânia. O presidente Lula tem se manifestado a favor do Kremlin, nesse episódio, contra a opinião da maioria dos governantes europeus e do povo brasileiro.

Outro equívoco monumental foi cometido pelo falante presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Ele achou que o Irã era igual à Venezuela. O passeio, que foi a invasão de Caracas e a prisão de Nicolás Maduro, não se repetiu em Teerã. Lá, os norte-americanos encontraram feroz resistência. O Estreito de Ormuz foi fechado, e o preço do petróleo explodiu. Trump, o confuso, provocou inflação no mundo inteiro, em especial no mercado interno dos Estados Unidos. Uma ação desastrosa provocou reações contrárias em todo o planeta. Os governos europeus não entraram na aventura.

Os Emirados Árabes Unidos, que juntos constituem o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, decidiram deixar a Organização dos Países Produtores de Petróleo, a Opep. Vai haver maior volatilidade no preço do produto. O barril de petróleo está na faixa de US\$ 115. Esse preço tem o poder de provocar recessão. O Brasil vai sofrer menos porque produz cerca de 70% das suas necessidades. Mas importa o produto refinado, na forma de gasolina e óleo diesel. O país vai pagar pela falta de refinarias. A situação poderia ser resolvida se os teóricos do PT tivessem olhos para necessidades nacionais. Mas o partido só enxerga as

eleições para presidente e o governo de São Paulo.

Outra novidade interessante vem do extremo norte. Já escrevi sobre a possibilidade de surgir um polo de desenvolvimento em Roraima. Aconteceu. O pessoal da soja descobriu a região ao norte de Boa Vista, com muita água e terra boa. Mais: os agricultores perceberam que podem exportar pelo porto de Georgetown, capital da Guiana, que fica a 600 quilômetros da fronteira com o Brasil. A Guiana é o país que mais cresce no mundo por causa da recente descoberta de petróleo. A estrada entre os países está sendo asfaltada. A soja produzida em Roraima vai abastecer os mercados do Hemisfério Norte.

O Norte é a nova fronteira do desenvolvimento brasileiro. No Amapá também vai ocorrer uma explosão de crescimento por causa da descoberta de petróleo na Margem Equatorial. A pequena cidade de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, ganhou novo aeroporto e sua população quase dobrou nos últimos meses. No entanto, tudo ocorre à revelia de Brasília. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é do Amapá. Ele sabe por onde tramita o desenvolvimento regional do país.

O petróleo vai acabar algum dia. O país precisará modificar sua matriz energética. Cada vez mais será eólica, solar e hidroelétrica. O tempo dessa mudança será menor, menos dolorido e de menor custo se os dirigentes brasileiros decidirem trabalhar em vez de distribuir benesses de curto prazo na tentativa de vencer a próxima eleição. Mark Carney, primeiro-ministro do Canadá, percebeu que o mundo vive uma ruptura. Lula e seus auxiliares ainda não entenderam o novo mundo novo. O distanciamento da realidade resulta nas derrotas no Congresso e na alta rejeição, em especial, entre os jovens.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



O caminho natural das coisas

Nunca foi uma boa ideia pular etapas. Essa é uma verdade simples, quase banal, mas que a política insiste em ignorar com frequência. A história, quando observada sem paixões, mostra que os atalhos, sobretudo na condução do poder, raramente terminam bem. Convém começar pelo óbvio. Experiência importa. Em qualquer atividade humana minimamente complexa, a progressão natural aprender, testar, errar, corrigir é o que permite maturidade de decisão. Ninguém entrega a direção de uma empresa bilionária a quem nunca administrou sequer um pequeno negócio. Ou não deveria entregar. Na política, porém, essa lógica elementar é frequentemente ignorada. Quando se fala em cargos como o de presidente da República, não se trata apenas de ocupar uma cadeira. Trata-se de conduzir um país com milhões de habitantes, uma máquina pública gigantesca e uma economia cheia de fragilidades. Exige-se, portanto, mais do que discurso.

Ao longo da história, exemplos não faltam. Líderes que ascenderam rapidamente, sem a devida experiência administrativa ou política, frequentemente enfrentaram dificuldades para lidar com a complexidade do poder. Em muitos casos, recorreram a improvisos, cercaram-se de assessorias frágeis ou tomaram decisões erráticas.

Por outro lado, há casos de líderes que percorreram etapas mais longas — governos locais, cargos legislativos, funções executivas intermediárias — e chegaram ao topo com uma bagagem mais sólida. Isso não garante sucesso automático, mas oferece instrumentos melhores para enfrentar a realidade. Governar, afinal, não é teoria. É prática acumulada ao longo dos anos. O problema agrava-se quando o eleitorado, movido por frustração ou esperança imediata, passa a enxergar o “novo” como solução automática. O discurso de ruptura, muitas vezes sedutor, pode esconder a ausência de preparo. A promessa de fazer diferente não substitui a capacidade de fazer funcionar. E, nesse momento, escolher certo com quem trabalhar é crucial.

Os custos são muitos quando governar torna-se uma aventura. Custos administrativos, quando decisões mal calibradas geram desperdícios ou paralisia. Custos econômicos, quando políticas mal formuladas afetam investimentos e crescimento. Custos institucionais, quando a falta de experiência leva a conflitos desnecessários entre Poderes ou a uma leitura equivocada das regras do jogo.

Diria o filósofo de Mondubim: nunca colocar os carros adiante dos bois. Esse é o princípio da organização. Da mesma forma, “não começar uma casa pela cumeeira” traduz a ideia de que toda construção — física ou institucional — exige base sólida e prática.

Outro ponto importante diz respeito à própria cultura política. Em democracias mais consolidadas, é comum que lideranças nacionais tenham passado por diferentes níveis de governo ou por longas carreiras legislativas. Isso cria um filtro natural em que competências são testadas ao longo do tempo. Quando esse filtro é ignorado, abre-se espaço para ciclos de entusiasmo e frustração. A cada nova aposta em soluções rápidas, repete-se o padrão: expectativas elevadas, dificuldades na execução e, por fim, decepção. O resultado de todo esse processo é a perda de tempo. Um passo para frente e dez para trás.

A política, quando bem exercida, deveria ser o espaço em que a responsabilidade se sobrepõe à improvisação. Onde o acúmulo de conhecimento orienta decisões. Onde o poder não é um experimento, mas uma continuidade de aprendizado. E, como a História também ensina, repetir erros conhecidos raramente leva a resultados diferentes. Expertise política não é saber dobrar os oponentes pela força do poder ou do dinheiro ou pela lábia e verborragia, mas agir conforme indica o bom senso e o norte que aponta sempre para o cumprimento dos direitos fundamentais e obrigações do Estado como previsto na Constituição.

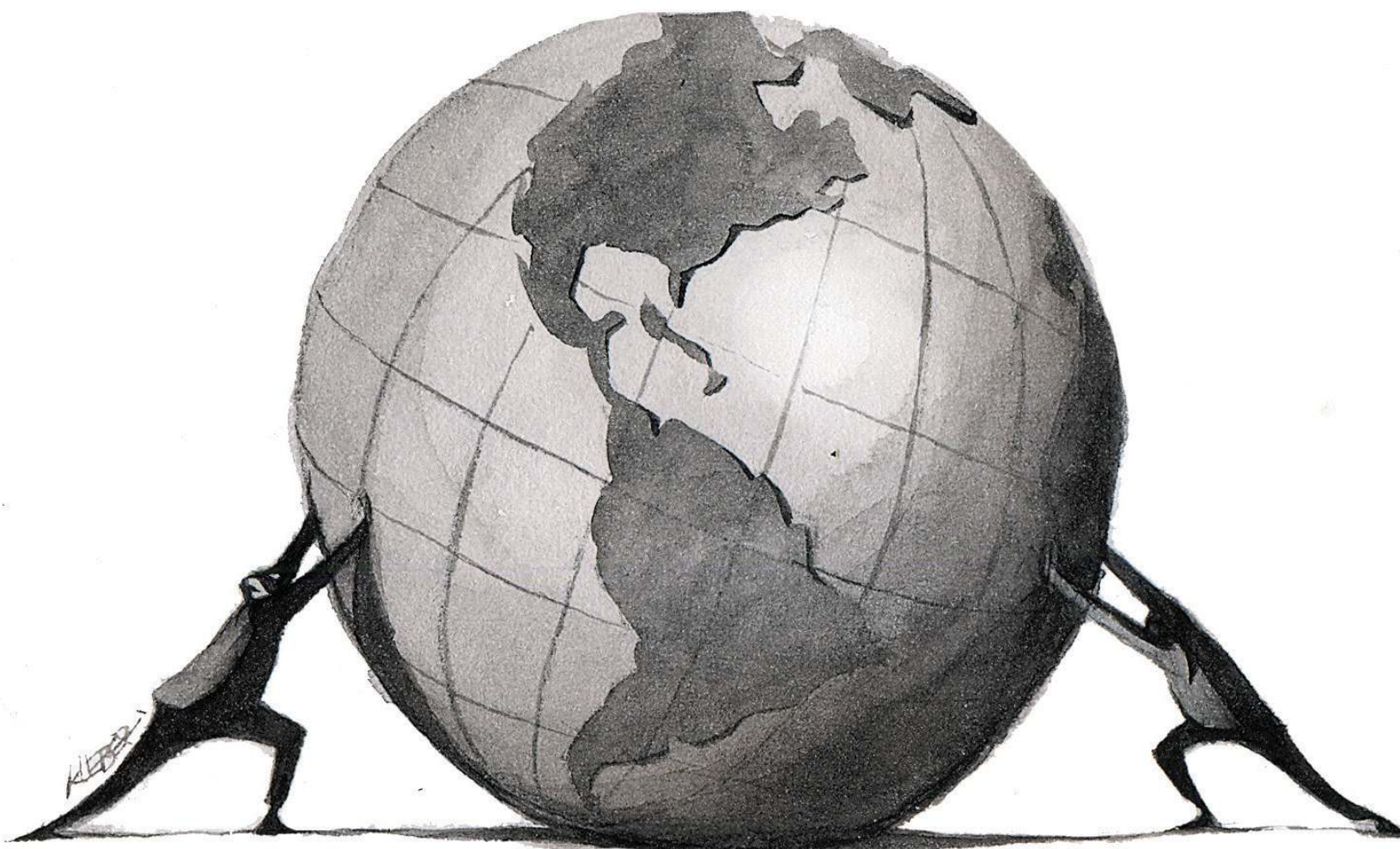
A frase que foi pronunciada:

“Uma marca infalível do amor à verdade é não aceitar nenhuma proposição com maior certeza do que as provas em que ela se baseia podem garantir.”

John Locke

História de Brasília

O ministro Ari Franco, que mora em Brasília, onde funciona seu tribunal, endereçou ao sr. Armando Monteiro o seguinte telegrama: “Agradeço V. Exa. convite para assistir posse Comissão Nacional Reforma Agrária dia 14 corrente, salão nobre esse Ministério Rio de Janeiro. Esclareço Vossência porém não poderia comparecer uma vez que resido em Brasília onde funcionam o Tribunal Superior Eleitoral, órgão que presido, e o Supremo Tribunal Federal, do qual sou um dos juízes. Cordiais saudações. Ari Franco”. (Publicada em 18/5/1962)



Política, voto e negritude no Brasil: vamos falar de necropolítica?

» IRAPOAN NOGUEIRA FILHO
Psicólogo, cientista, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



O ano de 2026 já se anuncia no horizonte político brasileiro trazendo a intensa movimentação das eleições nacionais e estaduais. Mais uma vez, seremos convocados às urnas para escolher quem nos representará nos próximos anos. Para além dos discursos, promessas e embates partidários que costumam dominar o noticiário, a população afro-brasileira — que representa 55,5% dos brasileiros, segundo o IBGE — se depara com uma questão fundamental que transcende a política partidária: a luta cotidiana contra uma necropolítica que, historicamente, estrutura as relações de poder no país.

É preciso, antes de tudo, resgatar o significado mais profundo da política. Em sua essência, a política é o processo coletivo de organização da convivência entre os diferentes. É o mecanismo pelo qual uma sociedade, com suas diversidades e divergências, estabelece as regras para a vida em comum, delibera sobre a distribuição de recursos, direitos e responsabilidades, e busca resolver seus conflitos de forma minimamente ordenada. Fazer política é exercer a capacidade de negociar e definir as prioridades que moldarão o presente e o futuro de uma comunidade, transformando a convivência em um projeto de civilização.

No entanto, sabemos que a sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades. Logo, a nossa política, em sua prática concreta, manifesta-se quase sempre em relações desiguais de poder. É nesse ponto que o conceito de necropolítica se torna indispensável para compreendermos a realidade que atinge a população negra.

Cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, o termo necropolítica consiste no poder soberano de ditar quem pode viver e quem deve ser deixado para morrer. Diferentemente do assassinato direto e explícito, a necropolítica opera por meio de um cálculo político que, por meio da negligência sistemática, da omissão calculada ou da ação violenta do Estado, expõe grupos sociais inteiros à vulnerabilidade e à morte. No Brasil, essa lógica tem endereço, cor e história. A violência policial desproporcional que ceifa vidas jovens e negras nas periferias é sua face mais brutal e visível. Ela está presente na mortalidade materna, que atinge mulheres negras de forma desproporcional. Manifesta-se, ainda, nos alarmantes índices de insegurança alimentar que assolam lares chefiados por pessoas negras e na falta de acesso a uma saúde de qualidade, ao saneamento básico e à moradia digna. São políticas de Estado, ou a falta delas, que tornam a vida de corpos negros persistentemente mais vulnerável e descartável.

É nesse cenário de urgência que as eleições de 2026 ganham um significado ainda mais profundo. A política tradicional, com seus cargos, orçamentos bilionários e o poder de legislar, é exatamente o palco onde a engrenagem da necropolítica pode ser desmontada ou, ao contrário, reforçada e

atualizada. Por isso, é crucial ampliarmos o olhar para além da disputa majoritária pelos governos estaduais e pela Presidência da República. O voto para o Legislativo — para deputados federais, estaduais e distritais e para senadores — é igualmente estratégico.

Serão esses parlamentares os responsáveis por elaborar as leis que nos regem, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, aprovar ou rejeitar o orçamento que financiará — ou não — as políticas públicas essenciais. Um deputado ou senador comprometido com a vida da população é aquele que atua para garantir que as verbas públicas cheguem, de fato, à educação em tempo integral nos bairros periféricos, à saúde preventiva em comunidades tradicionais e à segurança alimentar. Por outro lado, o uso não ético de verbas parlamentares, o desvio de finalidade e a ausência de fiscalização são produtores ativos de fome, adoecimento e morte. Cada real mal alocado ou desviado é um real a menos na construção de uma política de vida.

Portanto, quando você for escolher seu candidato a deputado ou senador, lembre-se: seu voto não é apenas uma delegação de poder àquele ou àquela em que você vota. É uma ferramenta para decidir, na prática, se a política brasileira continuará a serviço da morte de uma parcela significativa de sua população ou se, finalmente, daremos um passo concreto em direção à garantia do direito mais básico de todos: o direito à vida. A história da negritude no Brasil é uma história de resistência à necropolítica. Que as urnas de 2026 possam ecoar não apenas promessas, mas um compromisso real com a nossa existência.